



# Mudança, sim nós também podemos!

**Marcelo Neri**

A eleição de Barack Hussein Obama, que mistura nome, sobrenome e sangue, americano, africano e muçulmano à presidência da nação mais poderosa do mundo é um passo histórico que tivemos o privilégio de presenciar. Apesar dos sinais evidentes de declínio econômico do império americano, o país vivia a quarenta anos conflitos raciais aparentemente insolúveis. Obama é um exemplo vivo de que a chamada revolução americana está viva e em mutação ganhando novos contornos sociais. A revolução americana e a francesa foram fundamentais exemplos e precedentes da fase de maior transformação

que a humanidade já passou: o último século. Autores como Maddison e Fogel nos mostram de maneira inequívoca que o ganho de renda, de expectativa de vida e de direitos humanos no mundo no século XX é superior ao observado em qualquer outra fase conhecida da existência humana. Não tenho espaço aqui para detalhar estes avanços, mas não há dúvida que o século passado foi o mais notável em transformações das condições de vida. Estou falando de taxas de mudanças recordes, e não apenas de níveis destas variáveis que refletem as transformações acumuladas dos períodos progressos. O lema principal da campanha de Obama: Mudan-

ça, sim nós podemos! (Change, yes we can!) parece se encaixar como uma luva ao mundo do século XX. Mas e a sociedade brasileira, continua deitada em berço esplêndido?

Da mesma forma que os franceses associam o *azul*, *branco* e *vermelho* aos ideais da sua revolução: liberdade, igualdade e fraternidade. Se fosse para associar atributos ao nosso verde e amarelo, o que você escolheria? Eu diria diversidade e desigualdade. Desigualdade é uma marca brasileira que passou incólume ao longo dos séculos. Amarelo do ouro extraído, inicialmente por índios, depois por africanos, os últimos escravos do hemisfério ocidental a serem

libertados. Moramos num país mais rico que, mas ainda desigual não por natureza, mas por inércia nossa.

Já a diversidade brasileira está em cada um, tendo sido comparada a um caldeirão fervente mesclando etnias, crenças e religiões. A toda hora repetimos, como se para convencer a nós mesmos, que aqui não existe discriminação. Na nossa pseudo-democracia racial todos têm a mesma cor, digamos verde de vários tons. Verde que te quero verde da diversidade das nossas matas. Verde uma cor secundária, resultado da combinação do amarelo com o tudo azul, captaria a amálgama da diversidade brasileira. Só que no Brasil, os verdes mais escuros costumam morar em barracos e subir no elevador dos fundos dos prédios dos verdes claros. Na França, diversidade é uma preocupação, mas de natureza diferente, lá não é difícil encontrar franceses que digam “Não! Viva a França, eu quero me manter em segmento separado, eu quero preservar minha cultura”. O verde da diversidade brasileira está de dentro de cada um e não em compartimentos estanques de pessoas ou de cores primárias.

Diversidade e desigualdade são marcas brasileiras. Agora, como lidamos com essas duas características? Somos hoje um país mestiço onde pretos e pardos são pobres. A probabilidade de uma pessoa que se diz branca

ser pobre é 49% menor que de um negro e 56% menor que de um pardo. Ou seja, menos da metade. Mesmo quando comparamos pessoas com os mesmos atributos exceto raça digamos analfabeta de meia idade, que mora numa favela de Salvador, a probabilidade de uma branca ser pobre é 29,4% menor do que uma não branca.

### **Mistura de etnias**

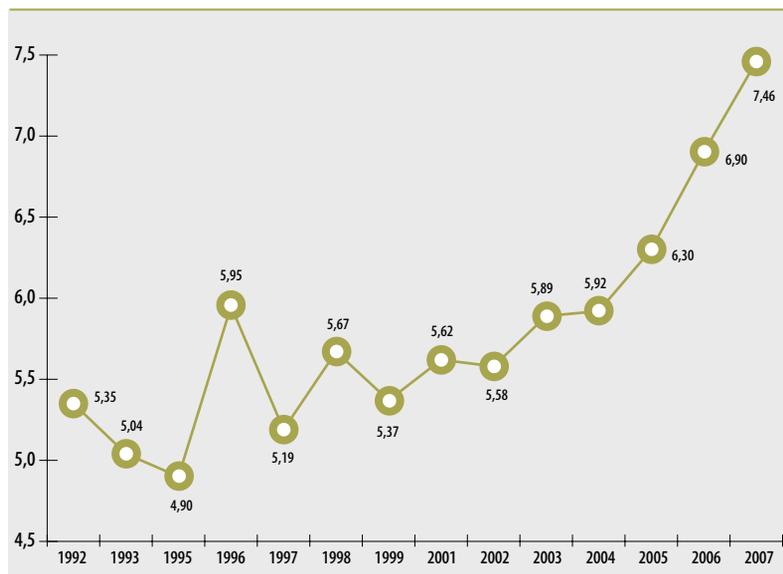
Não há como não enxergar o tom mais escuro da pobreza brasileira. Somos um dos países mais diversos e desiguais do mundo. Mas a verdade é que o tratamento da desigualdade, em particular no que tange a diversidade racial, não passou por grandes mudanças no último século. A mesma lentidão observada no século XIX para abolir a escravatura no país persistiu no século XX no subdesenvolvimento de nossas políticas e serviços públicos, sendo a educação talvez a área mais representativa. Na primeira metade do século passado, pós-Lei Áurea, havia a crença que o Brasil se transformaria naturalmente ao longo do tempo numa nação de mestiços. De fato, a parcela de negros na população veio caindo ao longo das décadas: de 14,64% em 1940 para 10,96 em 1950 e 6,21% em 2000 segundo os Censos Demográficos. Em contrapartida, os pardos seguem movimento oposto passando

49% da nossa população se declaram afro-descendentes (contra 12% nos EUA).  
Ou seja:  
o nosso eleitor mediano está se declarando descendente afro

de 21,2% em 1940 para 26,5% em 1950, e 38,9% em 2000, confirmando a tese do caldeirão fervente misturando etnias.

Há inovações recentes no século atual fortes tanto no quesito desigualdade como de diversidade racial. Senão vejamos: a inovação racial da década atual é um aumento da parcela de negros que passa de 5,58% em 2002 para 7,46% em 2007 (era 5,35% em 1992), invertendo a tendência das décadas anteriores. Este aumento se dá também entre os pardos de 40,5% em 2002 para 41,8% em 2007 (era 40,1% em 1992) neste caso mantendo a tendência histórica.

Percentual de negros na população



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O crescimento da participação de negros na população brasileira no período 2002-2007 foi 5,98% ao ano. Se esta transformação continuar acontecendo à mesma taxa por mais cinco anos, voltaríamos em 2012 a participação da população negra brasileira de 1950. Ou seja: neste passo reverteríamos a tendência de mudança dos últimos 50 anos em 10 anos. Este exercício revela a magnitude da mudança de respostas sobre raça recém-acontecida no Brasil. No caso da proporção de pardos esta taxa foi de 0,63% ao ano entre 2002 a 2007, na mesma direção, mas em ritmo pouco inferior aos 0,78% ao ano do período 1950-2000. Como não houve nenhuma revolução demográfica no período, ou alteração no questionário da PNAD/IBGE, o aumento da proporção de negros na população parece ser uma mudança na

forma como as auto-respostas individuais de raça foram reportadas. Notamos movimento de intensidade semelhante na PME/IBGE.

Agora o que houve de diferente no Brasil neste período a explicar a mudança de composição racial reportada? Como já tive a oportunidade de discutir neste espaço, ocorreu marcada redução de desigualdade de renda brasileira. A redução de desigualdade de renda foi a mais forte (na verdade a única com alguma persistência) das séries de estatísticas sociais brasileiras que datam de 1960. Será que há relação entre queda da desigualdade e mudança na diversidade? Como mudaram os dados socioeconômicos abertos por raça? Os dados revelam no período 2002 a 2007 taxas de crescimento médias anuais mais marcadas entre os afro-descendentes. Senão vejamos: renda de

todas as fontes (pretos 3,78%, pardos 4,8% e brancos 2,8%); educação (pretos 3,39%, pardos 3,71% e brancos 2,44%); renda fora trabalho – isto e aposentadoria, pensões, programas sociais etc. (pretos 4,96 %, pardos 5,52 % e brancos 2,92%).

### Programas sociais

A expansão de programas sociais focalizados nos pobres foi um fator que explica parte da redução da desigualdade de renda brasileira. Os dados acima demonstram que a renda que não inclui trabalho subiu mais no caso dos afro-descendentes. Vejamos mais especificamente o Bolsa-Família que serve hoje 25% da população brasileira. O Bolsa-Família, como programa focalizado nos pobres, tende a ser pró-negro, pois a pobreza no Brasil é mais negra do que branca. Agora o meu segundo ponto aqui é que o Bolsa-Família é pró-negro, não só porque ao buscar os mais pobres encontra naturalmente mais pretos (que são mais pobres que os brancos). Mas algo, além disso. O Bolsa-Família tem um viés pró-negro para além do fato de ser um programa pró-pobre. No suplemento da PNAD pessoas exatamente iguais nas características observáveis como sexo, estado civil, educação, estado, tamanho de cidade, moradora de favela etc. e, em particular, a renda *per capita*, a afro-descendente apresenta

uma probabilidade de acessar o Bolsa-Família 10% maior que a da branca. É como se o Bolsa-Família incorporasse uma ação afirmativa implícita pró-negro para além da maior pobreza deste segmento. A probabilidade de a negra acessar o Bolsa-Família — assim como no Bolsa-Escola do Fernando Henrique — é maior, ao passo que programas mais antigos, menos pró-pobres como o BPC é menor. Agora por que isso? Já que não há ação afirmativa racial explícita nas bolsas? Talvez porque no caso de uma política pró-pobre, a pessoa que carrega na pele as cores aparentes da pobreza, possui mais facilidade de argumentar aos assistentes sociais e cadastradores municipais de programas sociais de que ela é pobre. O mesmo tipo de efeito se dá para a população favelada que também tem maior facilidade de sinalizar que é pobre. Isto poderia explicar por que cresceu a auto-reportagem de raça negra na população em geral e na dos pobres em especial. A maior facilidade de uma pessoa de cor negra (o mesmo se dá com uma favelada) sinalizar que é pobre geraria acesso facilitado a programas que são explicitamente pró-pobres. O ponto é que pretos no Brasil não só são mais pobres, mas parecem ser mais pobres aos olhos de uma política focalizada. Será que o fato de as políticas públicas no Brasil terem se engajado nos últimos anos na busca dos mais pobres,

pode eventualmente ter afetado como os brasileiros reportam a sua raça captada em pesquisas domiciliares? Ou ainda mais artificialmente isto reflete que a discussão em curso sobre cotas raciais influenciou esta mudança (O livro de Sowell fala disso em outras experiências internacionais). Ou alternativamente, a mudança corresponde a um aumento espontâneo do chamado “orgulho racial”.

Talvez, ao fim e ao cabo, não haja ligação causal entre os dois fatos que exploramos aqui, mas que merecem ser estudados isoladamente por suas implicações no desenho de políticas públicas, a saber: 1) o brasileiro se percebe nos últimos anos mais como negro. 2) o Bolsa-Família serve relativamente mais a negros que os brancos para além da maior pobreza deste grupo. O primeiro ponto sugere fragilidade do conceito de raça reportada mesmo quando estamos no campo de pesquisas domiciliares. O segundo ponto talvez indique que o ataque radical contra a desigualdade beneficia mais negros e pardos pobres do que a brancos pobres constituindo uma espécie de ação afirmativa racial implícita. Começamos a experimentar mudanças marcadas na desigualdade de renda com alguma redução dos diferenciais entre raças. O início de século brasileiro sugere no que tange o entrelaçamento da desigualdade na diversidade racial que

## O Bolsa-Família serve relativamente mais a negros que a brancos para além da maior pobreza deste grupo, uma espécie de ação afirmativa implícita

“Mudança, sim nos também podemos!”. Os EUA dispõem de 12% de afro-descendentes que realizaram o sonho de Martin Luther King. No Brasil 49% da nossa população se declara afro-descendente. Ou seja: o nosso eleitor mediano está se declarando descendente afro. A transformação social das raças parece inevitável na democracia brasileira. A pergunta fundamental é como empreendê-la? Políticas gerais a favor dos pobres, ou políticas específicas do tipo cotas? Ser implícita ou explicitamente pró-negro, eis a questão. ▣

---

Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV  
(mcneri@fgv.br)